



## Relatório INSP-2019-0155 BI-2019-0148

### 1 – Dados gerais

#### 1.1 - Inspeção

**Data:** 05/11/2019      **Hora:** 10h20      **Tipo:** Ação Direta  
**Motivo da inspeção:** Rotina  
**Inspetor responsável:** Cláudia MFG. Rosa  
**Outros inspetores da IRA:** João PRFB. Silva

#### Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto.

No local foi contactado o responsável pela instalação, José Maria Mendes de Almeida, e o trabalhador da empresa, Tiago Daniel Silva Cardoso, que forneceu os esclarecimentos e documentação solicitados e acompanhou a visita às instalações.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

#### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

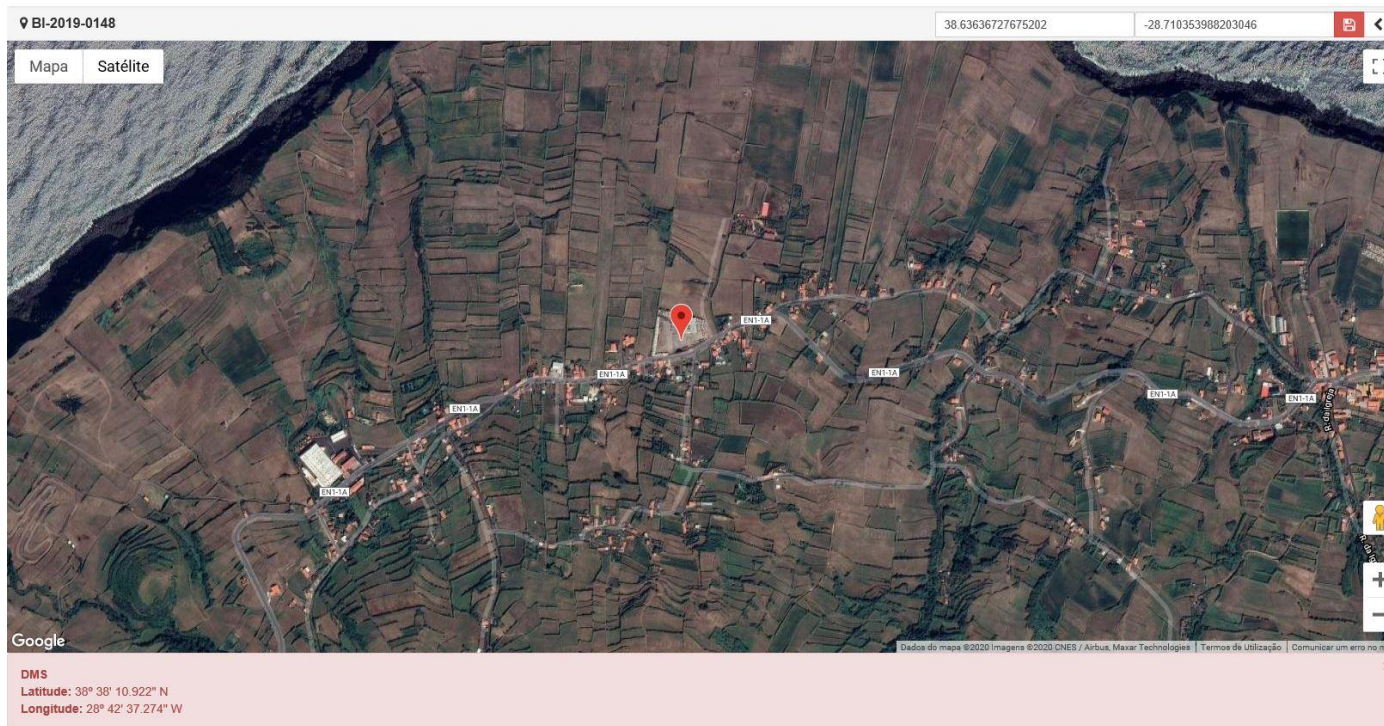
**Firma/nome:** Almeida & Filhos - Comércio de Sucatas, Lda      **NIPC/NIF:** 512099782  
**Sede/morada:** Estrada Regional S/N, Cascalho  
**Código Postal:** 9900-341      **Freguesia:** Cedros  
**Concelho:** Horta      **Ilha:** Ilha do Faial

#### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** OGR Almeida & Filhos  
**Endereço:** Estrada Regional s/n, Cascalho  
**Código Postal:** 9900-341      **Freguesia:** Cedros  
**Concelho:** Horta      **Ilha:** Ilha do Faial  
**Atividade principal:** 46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos  
**Outras atividades:** 45310 - Comércio por grosso de peças e acessórios para veículos automóveis  
**Período de funcionamento:** De 2.ª feira a Sábado: 8h00 – 12h00 e 13h00 – 19h00  
**Licenciamento da atividade:** Alvará de Licença OGR n.º 10/DRA/2019, válido até 24/07/2022 (Renovação do Alvará de Licença n.º 7/DRA/2009)



**Coordenadas Geográficas:** Latitude: 38° 38' 10,92" N; Longitude: 28° 42' 37,27" W



**Figura 1:** Localização do estabelecimento inspecionado.

## 2 – Descrição do estabelecimento / atividade

A Almeida & Filhos - Comércio de Sucatas, Lda. é titular do Alvará de Licença para a realização de operações de gestão de resíduos n.º 10/DRA/2019, válido até 24/07/2022, nomeadamente operações de gestão de veículos em fim de vida (VfV), de resíduos de equipamento elétrico e eletrónico (REEE), entre outros.

Para além das operações de gestão de resíduos, são também realizadas na instalação as atividades de manutenção e reparação de veículos automóveis, comércio de sucatas e de desperdícios metálicos e comércio de peças e acessórios para veículos automóveis.

A instalação é constituída por um armazém coberto, composto por:

- uma área destinada à despoluição e desmantelamento dos VfV e à armazenagem de resíduos líquidos perigosos,
- uma área destinada à armazenagem de pneus,
- uma área de oficina,
- uma área de carácter administrativo,

A instalação inclui ainda:

- uma zona de baias com telheiro destinadas à armazenagem de resíduos não perigosos e materiais,
- áreas exteriores de armazenagem.



### 3 – Água de consumo

#### 3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública      ☐ Captação própria em DPH      ☐ Captação própria em RH particulares

#### 3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	Art.º 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Outras condições impostas pela licença ou autorização	TURH	Não aplicável	

### 4 – Águas residuais

#### 4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/> Urbanas	Instalações sanitárias	Fossa séptica	Solo
<input type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A			
<input checked="" type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais	Zona de despoluição de VFV e de reparação e manutenção de veículos.  Zonas de: - Triagem de resíduos perigosos e não perigosos e de desmantelamento de VFV; - Armazenagem de resíduos perigosos e não perigosos; - Armazenagem de frações resultantes da fragmentação de VFV; - Armazenagem de componentes retirados de VFV;	Câmara de retenção de hidrocarbonetos (construída no local)  Não possui	Câmara estanque  Solo

#### Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

- ☒ Não produz lamas de depuração
- ☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:
- ☐ Operador de gestão de resíduos;      ☐ Valorização agrícola;      ☐ Outro.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

#### 4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais e lamas de depuração

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	Art.º 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	<b>Não cumprido</b>	Não dispõe de licença para descarga das águas residuais.
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Não aplicável	
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art.º 43.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art.º 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art.º 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
<b>OBS:</b>	<p>Em 29/03/2018, através do ofício SAI-DRA/2018/1519, a DRA indefere a emissão de TURH para a descarga das águas residuais desta instalação de OGR, porque o projeto da rede de drenagem e tratamento das águas residuais enviado para o efeito não corresponde às condições do local de gestão de resíduos, tendo a DRA conhecimento que se verificam vários incumprimentos relativamente à drenagem e tratamento das águas residuais geradas na instalação e potencialmente contaminadas com óleos, sem qualquer tipo de tratamento.</p> <p>Esta situação foi comprovada na visita inspetiva, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A área de triagem e de armazenagem dos resíduos perigosos (com exceção dos resíduos perigosos líquidos) não é coberta nem protegida contra intempéries, não dispõe de piso impermeabilizado, nem está dotada de sistema de recolha, drenagem e tratamento de águas residuais e de derramamentos, nem dotada de decantadores e separadores de óleos e gorduras, conforme exigido pelo artigo 33.º do DLR n.º 29/2011/A, de 16/11;</li> <li>• A zona de armazenagem de VFV não se encontra impermeabilizada nem equipada com sistema de recolha e tratamento de águas pluviais, águas de limpeza e de derramamentos, nem dotada de decantadores e separadores de óleos e gorduras, que permita cumprir a legislação relativa a descarga de águas residuais, conforme exigido pelo n.º 1 do artigo 39.º e pela <b>alínea b)</b> do n.º 2.1 do anexo III, ambos do DLR n.º 24/2012/A, de 01/06;</li> <li>• O desmantelamento dos VFV é efetuado na zona exterior da instalação, numa área descoberta, sem proteção contra a chuva nem contra o vento, sem superfície impermeável e sem estar equipada com sistema de recolha e tratamento de águas pluviais, águas de limpeza e de derramamentos, nem dotada de decantadores e separadores de óleos e gorduras, que permita cumprir a legislação relativa a descarga de águas residuais, conforme exigido pelo n.º 1 do artigo 39.º e pela <b>alínea c)</b> do n.º 2.1 do anexo III, ambos do DLR n.º 24/2012/A, de 01/06;</li> <li>• A armazenagem dos componentes e materiais retirados é feita ou em baías, ou no exterior desprotegida da chuva e do vento, todas elas sem superfície impermeável e sem sistema de recolha e tratamento de águas de limpeza e de derramamentos e não se encontra dotada de decantadores e separadores de óleos e gorduras, que permita cumprir a legislação relativa a descarga de águas residuais, conforme exigido pelo n.º 1 do artigo 39.º e pela <b>alínea d)</b> do n.º 2.1 do anexo III, ambos do DLR n.º 24/2012/A, de 01/06;</li> <li>• A zona de armazenagem de frações resultantes da fragmentação também não se encontra impermeabilizada, nem equipada com sistema de recolha e tratamento de águas pluviais, águas de limpeza e de derramamentos, nem está dotada de decantadores e separadores de óleos e gorduras, que permita cumprir a legislação relativa a descarga de águas residuais, conforme exigido pelo n.º 1 do artigo 39.º e pela <b>alínea f)</b> do n.º 2.1 do anexo III, ambos do DLR n.º 24/2012/A, de 01/06.</li> </ul>		



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## 5 – Resíduos

### 5.1 – Resíduos recebidos / geridos em 2019

#### 5.1.1 – Admissão e registo de resíduos

Não existe registo de procedimentos para o controlo de resíduos, nomeadamente quanto ao processo de admissão de resíduos.

Os resíduos admitidos no estabelecimento são acompanhados das respetivas e-GAR, com as quantidades de cada tipologia de resíduos discriminadas pelos produtores, e são validadas pelo OGR sem serem confirmadas por não disporem de equipamento de pesagem para o efeito. Posteriormente procedem ao carregamento do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos.

#### 5.1.2 – Tipologias de resíduos recebidos no estabelecimento em 2019

Tipologia de resíduos recebidos	Quantidade (Ton.)	Operações	Código LER	Designação do resíduo
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos	0,0089	R13	13 01 10*	óleos hidráulicos minerais não clorados
	5,0000		13 02 06*	óleos sintéticos de motores, transmissões e lubrificação
	10,8000		16 01 04*	veículos em fim de vida
	0,1460		16 01 07*	filtros de óleo
	0,1800		16 01 14*	fluidos anticongelantes contendo substâncias perigosas
	0,5000		16 02 13*	equipamento fora de uso, contendo componentes perigosos não abrangidos em 16 02 09 a 16 02 12
	6,5700		16 06 01*	acumuladores de chumbo
	<b>23,2049</b>	<b>= SUBTOTAL</b>		
<input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos	1,2740	R13	16 01 03	pneus usados
	0,7500		16 01 06	veículos em fim de vida que não contenham líquidos nem outros componentes perigosos
	0,0400		16 01 12	pastilhas de travões não abrangidas em 16 01 11
	119,8720		16 01 17	metais ferrosos
	0,0500		16 01 18	metais não ferrosos
	0,0050		16 01 19	plástico
	0,0720		16 01 99	resíduos sem outras especificações
	0,1500		16 02 14	equipamento fora de uso não abrangido em 16 02 09 a 16 02 13
	0,0005		16 02 16	componentes retirados de equipamento fora de uso não abrangidos em 16 02 15
	0,1075		16 06 05	outras pilhas e acumuladores
	0,1390		17 04 01	cobre, bronze e latão
	0,6442		17 04 02	alumínio
	13,2090		17 04 05	ferro e aço
	28,3800		19 12 02	metais ferrosos
	0,3700		19 12 03	metais não ferrosos
	0,1200		19 12 12	outros resíduos (incluindo misturas de materiais) do tratamento mecânico de resíduos, não abrangidos em 19 12 11
	<b>165,1832</b>	<b>= SUBTOTAL</b>		
<input type="checkbox"/> Resíduos hospitalares				
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos urbanos	4,2143	R13	20 01 36	equipamento elétrico e eletrónico fora de uso, não abrangido em 20 01 21, 20 01 23 ou 20 01 35
	10,7000		20 01 40	metais
	<b>14,9143</b>	<b>= SUBTOTAL</b>		
	<b>203,3024</b>	<b>= TOTAL</b>		

**OBS.** Foram admitidos resíduos na instalação que o operador não está autorizado a receber, nomeadamente, óleos hidráulicos minerais não clorados (13 01 10\*), óleos sintéticos de motores, transmissões e lubrificação (13 02 06\*) e outros resíduos, incluindo misturas de materiais, do tratamento mecânico de resíduos, não abrangidos em 19 12 11 (19 12 12). O operador da instalação tem a obrigação de confirmar a tipologia e a quantidade dos resíduos que lhe são encaminhados e, caso não esteja autorizado a recebê-los, deverá recusá-los.

Fonte: SRIR





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

### 5.1.3 – Principais origens dos resíduos em 2019

Nome		Quantidade (Ton.)	Obs.
Volt & Meio - Engenharia e Montagens, LDA.		80,9600	Empresa da Rib. Grande – São Miguel
Luís Manuel Correia das Neves		14,5700	
Aeroporto da Horta		13,9670	
Hospital da Horta, EPER		9,8000	
Paula Cristina Duarte, Unipessoal, LDA.		8,3400	
Sário Armindo, LDA.		7,1200	
AFAVIAS – Engenharia e Construções, Açores, SA		6,0500	
Câmara Municipal da Horta – Central de Triagem		5,9000	
SAAGA – Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A. – Parque de GPL da Horta		5,8130	
REFRIAG – Rebobinagens e Electrificações, LDA.		5,7994	
Portos dos Açores, S.A.		5,3700	
RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A.		4,4000	
Mais 18 – Comércio e Indústria de Materiais de Construção, LDA.		4,2800	
Medeiros Dias & Silva, LDA.		3,0000	
Carlos Alberto Gonçalves da Silva & Filho, LDA.		2,1040	
Carlos J. F. Goulart – Auto Reparações Goulart e Construções, Unipessoal, LDA.		2,0800	
Universal Auto dos Açores – Comércio Automóvel, LDA.		2,0100	
Capelinhos TUR, LDA.		1,8000	
Central SUB, Sociedade Unipessoal, LDA.		1,5000	
SATA Air Açores – Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A.		1,5000	
TECNOCEDROS, LDA.		1,3210	
José Henrique Silva & Filhos, LDA.		1,2000	
Márcio Ilídio Rodrigues, Unipessoal, LDA.		1,0000	
Monte Carneiro Construções LDA.		1,0300	
CALF – Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial, CRL.		0,9968	
TERMOFAIAL - Instalação e Projectos Térmicos do Faial, LDA.		0,9800	
Gráfica O Telegrapho - De Maria Margarida C. M. Gonçalves da Rosa, Unipessoal, LDA.		0,9400	
Câmara Municipal da Horta – Armazéns/Oficina		0,8000	
Almeida & Filhos – Comércio de sucatas, LDA.		0,8000	
OBS.	Os restantes produtores encaminharam quantidades de resíduos inferiores a 800kg para este OGR em 2019.		
Fonte: SRIR			

### 5.1.4 – Principais resíduos resultantes da atividade em 2019

LER	Designação	Quantidade (Ton.)	Destino
19 12 02	metais ferrosos	466,733	Recifalém – Reciclagem e Gestão de Resíduos Industriais, S.A.
19 12 03	metais não ferrosos	50,380	Recifalém – Reciclagem e Gestão de Resíduos Industriais, S.A.
16 01 03	pneus usados	34,900	Varela e C.ª, LDA. – Ecocentro Faial
16 06 01*	acumuladores de chumbo	21,186	Recifalém – Reciclagem e Gestão de Resíduos Industriais, S.A.
20 03 07	monstros	4,700	Câmara Municipal da Horta



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
**INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

LER	Designação	Quantidade (Ton.)	Destino
16 02 16	componentes retirados de equipamento fora de uso não abrangidos em 16 02 15	1,348	Recifalém – Reciclagem e Gestão de Resíduos Industriais, S.A.
13 02 08*	outros óleos de motores, transmissões e lubrificação	0,890	Varela e C.ª, LDA. – Ecocentro Faial
16 01 04*	veículos em fim de vida	0,800	Almeida & Filhos – Comércio de sucatas, LDA.
16 08 01	catalisadores usados contendo ouro, prata, rénio, ródio, paládio, irídio ou platina (exceto 16 08 07)	0,270	Auto Ribeira da Camisa, LDA.
<b>TOTAL =</b>		<b>581,207</b>	

**OBS.** Constan desta tabela todos os resíduos encaminhados por este OGR em 2019.

**Fonte: SRIR**

### 5.1.5 – Resíduos armazenados em 2019

LER	Designação	Quantidade (Ton.)	Origem
16 01 03	pneus usados	21,000	Almeida & Filhos – Comércio de sucatas, LDA.
16 01 04*	veículos em fim de vida	153,400	
19 12 02	metais ferrosos	60,000	
19 12 03	metais não ferrosos	20,000	
20 01 40	metais	10,000	
<b>TOTAL =</b>		<b>264,400</b>	

**Fonte: SRIR**

## 5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

### 5.2.1 - Relativamente à produção e gestão dos resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito		Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a)	Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras	Art.º 11.º, nº 5, DLR 29/2011/A	Cumprido	
b)	Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor	Art.º 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
c)	Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos	Art.º 33.º DLR 29/2011/A	<b>Não cumprido</b>	- Os resíduos não perigosos não são armazenados nem triados em local coberto e pavimentado ( <b>Figuras 2 e 3</b> ); - Os resíduos perigosos não são triados nem armazenados em local coberto e vedado, de acesso restrito e com superfície impermeável, nem o local está dotado de sistema de recolha, drenagem e tratamento de águas residuais e de derramamentos, nem dispõe de decantadores e separadores de óleos e gorduras ( <b>Figuras 2 a 5</b> ).
d)	Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos	Art.º 40.º a 44.º DLR 29/2011/A N.º 4, alínea n), Alvará 10/DRA/2019	<b>Não cumprido</b>	A armazenagem e o tratamento de alguns resíduos perigosos não são efetuados em condições que assegurem a proteção do ambiente e da saúde humana, sendo visíveis vários derrames no pavimento, que se encontra bastante danificado e sem superfície impermeável ( <b>Figuras 2 a 5</b> ).
e)	Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares	Art.º 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
f)	Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição	Art.º 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
**INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

Requisito		Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
g)	Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art.º 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
h)	Inscrição do estabelecimento no SRIR	Art.º 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
i)	Submissão e preenchimento dos mapas de registo no SRIR	Art.º 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Submeteu o mapa de registo de resíduos de 2019 em 28/02/2020.
j)	Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados	Art.º 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	<b>Não cumprido</b>	Verificou-se uma grande quantidade de pneus usados numa zona sem piso impermeabilizado e com indícios de infiltração de óleo no solo ( <b>Figuras 7 e 8</b> ), apesar de disporem de um armazém coberto, com piso pavimentado e identificado para armazenagem de pneus usados ( <b>Figura 6</b> ).
k)	Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados	Art.º 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
l)	Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de Veículos em Fim de Vida (VFF)	Art.º 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	<b>Não cumprido</b>	(Incumprimentos identificados no <b>Quadro 5.2.2, alíneas s) a bb)</b> )
m)	Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de Resíduos de Equipamento Elétricos e Eletrónicos (REEE)	Art.º 47.º DLR 24/2012/A	<b>Não cumprido</b>	A armazenagem, incluindo a armazenagem preliminar, de REEE não são realizados sobre superfície impermeável, nem com cobertura à prova de intempéries, não está equipada com sistemas de recolha de derramamentos, nem com decantadores e purificadores-desengorduradores ( <b>Figuras 9 e 10</b> ).
n)	Cumprimento das normas de armazenagem e tratamento de pilhas e acumuladores	Art. 51.º DLR 24/2012/A	Não verificado	Na data da visita inspetiva o recipiente para armazenagem de baterias, devidamente identificado, encontrava-se vazio.
o)	Cumprimento das normas de gestão de óleos alimentares usados	Art. 53.º, 57.º, 58.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
p)	Cumprimento das normas relativas a movimento transfronteiriço de resíduos	Art.º 54.º e 53.º do DLR 29/2011/A e Reg. (CE) n.º 1013/2006	Não aplicável	

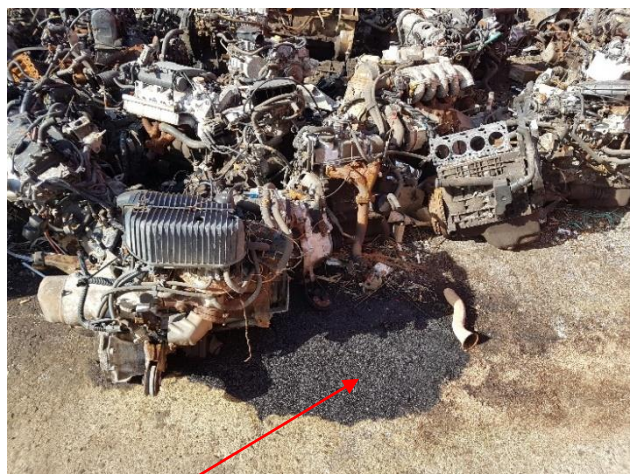


**Figuras 2 e 3:** Triagem e tratamento de resíduos (perigosos e não perigosos) realizada ao ar livre, em zona não coberta, com o pavimento não impermeabilizado e bastante danificado, sendo visíveis derrames de óleos e outros resíduos líquidos, que se infiltram no solo.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE



**Figuras 4 e 5:** Triagem e armazenagem de resíduos retirados de VFV, com componentes perigosos ou contaminados por substâncias perigosas, em zona não coberta, sem qualquer proteção contra a chuva e vento, sem superfície impermeável e sem sistema de recolha e tratamento de águas residuais e de derramamentos, sendo visíveis derrames de óleo que se infiltram no solo.



**Figura 6:** Local identificado para armazenagem de pneus usados – LER 16 01 03



**Figuras 7 e 8:** Armazenagem de pneus com vestígios de óleo no pavimento não impermeabilizado, com consequente infiltração no solo.



**Figuras 9 e 10:** REEE sobre superfície não impermeável, nem com cobertura à prova de intempéries, nem equipada com sistemas de recolha e drenagem de derramamentos com ligação decantadores e purificadores-desengorduradores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
**INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

**5.2.2 – Relativamente aos requisitos técnicos mínimos das instalações de operação de gestão de resíduos e às condições impostas na licença para a realização de operações de gestão de resíduos verificou-se o seguinte:**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Existência de estruturas e dispositivos que impeçam o livre acesso à instalação, nomeadamente vedação e portão de entrada controlado, o qual se deve manter fechado fora das horas de funcionamento.	Art.º 36.º DLR 29/2011/A; N.º 4, alínea a), Alvará 10/DRA/2019	Cumprido	
b) Disponibilizado painel, afixado à entrada em lugar bem visível do exterior, onde conste, designadamente, a designação do operador e da instalação, os dias e horário de funcionamento da instalação e os contactos telefónicos e eletrónicos dos responsáveis pela instalação.	Art.º 36.º DLR 29/2011/A; N.º 4, alínea b), Alvará 10/DRA/2019	Cumprido	
c) Fixados procedimentos de controlo de resíduos, nomeadamente quanto ao processo de admissão de resíduos, registo do acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos e de carregamento do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos.	Art.º 36.º DLR 29/2011/A; N.º 4, alínea h), Alvará 10/DRA/2019	Cumprido parcialmente	Não existe registo relativo a procedimentos para controlo de resíduos, nomeadamente quanto ao processo de admissão de resíduos.
d) Disponibilizado um sistema de pesagem com báscula, ou equipamento similar adequado, para quantificar e registar os resíduos admitidos.	Art.º 36.º DLR 29/2011/A N.º 4, alínea i), Alvará 10/DRA/2019	Não cumprido	Não dispõe de equipamento para pesagem dos resíduos.
e) Delimitadas e identificadas as áreas de gestão por tipologia ou fluxo de resíduos e por tipologia de operação, incluindo áreas exteriores devidamente delimitadas e protegidas.	Art.º 36.º DLR 29/2011/A N.º 4, alínea e), Alvará 10/DRA/2019	Não cumprido	As áreas de gestão não estão delimitadas nem identificadas por tipologia ou fluxo de resíduos, nem por tipologia de operação e as áreas exteriores não se encontram delimitadas, nem protegidas.
f) Delimitadas e identificadas as áreas de armazenagem de matérias-primas, de produtos acabados e dos resíduos gerados internamente no desenvolvimento das operações.	Art.º 36.º DLR 29/2011/A N.º 4, alínea d), Alvará 10/DRA/2019	Cumprido parcialmente	As áreas de armazenagem de peças retiradas dos VFV (baías) e destinadas a venda estão delimitadas e identificadas pela respetiva marca das viaturas. As áreas de armazenagem dos resíduos gerados não se encontram delimitadas nem identificadas ( <b>Figuras 11 a 13</b> ).
g) Existência de áreas de estacionamento e circuitos de movimentação específicos para as viaturas afetas às operações de gestão de resíduos.	Art.º 36.º DLR 29/2011/A N.º 4, alínea c), Alvará 10/DRA/2019	Não cumprido	Não estão identificadas ou delimitadas áreas de estacionamento nem circuitos de movimentação específicos para as viaturas afetas às OGR.
h) Funcionamento de sistemas de recolha, drenagem e tratamento de efluentes e de derramamentos e, quando apropriado, decantadores e separadores de óleos e gorduras.	Art.º 36.º DLR 29/2011/A N.º 4, alínea f), Alvará 10/DRA/2019	Não cumprido	A maioria da instalação não está dotada de sistema de recolha, drenagem e tratamento de efluentes e de derramamentos, nem de decantadores e separadores de óleos e gorduras, com exceção do armazém identificado para desmantelamento de VFV.
i) A descarga de águas residuais deve estar devidamente autorizada e a instalação deve ter disponível uma cópia da autorização.	N.º 4, alínea g), Alvará 10/DRA/2019	Não cumprido	(Incumprimento assinalado no <b>Quadro 4.2</b> do presente relatório)
j) Deve ser mantido um registo cronológico da quantidade, natureza e origem dos resíduos e do destino, frequência da recolha, modo de transporte e método de tratamento previsto no que diz respeito aos resíduos perigosos.	Art.º 40.º DLR 29/2011/A N.º 4, alínea j), Alvará 10/DRA/2019	Não cumprido	Não dispõe deste registo.
k) Durante a recolha, transporte e armazenamento temporário, os resíduos perigosos devem ser embalados e rotulados de acordo com as normas nacionais, comunitárias e internacionais em vigor aplicáveis às substâncias em presença.	Art.º 42.º DLR 29/2011/A N.º 4, alínea k), Alvará 10/DRA/2019	Não cumprido	Não foi avaliada a recolha nem o transporte de resíduos perigosos. Relativamente ao armazenamento temporário, os resíduos perigosos, não se encontram embalados nem rotulados, com exceção dos resíduos líquidos.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
<b>l)</b> O transporte de resíduos deve cumprir com as regras previstas na Portaria n.º 1879/2017, de 19 de dezembro e, quando aplicável, deve ser acompanhado por guia devidamente preenchida.	N.º 4, alínea <b>l)</b> , Alvará 10/DRA/2019	Não avaliado	Apenas foi confirmado que os resíduos são acompanhados das respetivas e-GAR.
<b>m)</b> Deve ser dado cumprimento ao estabelecido na Lei n.º 54/2012, de 6 de setembro, que define os meios de prevenção e combate ao furto e de recetação de metais não preciosos.	N.º 4, alínea <b>m)</b> , Alvará 10/DRA/2019	Não avaliado	
<b>n)</b> O armazenamento dos resíduos deve ser efetuado de forma a não provocar danos para o ambiente nem para a saúde humana, prever o risco de incêndio ou explosão e respeitar as regras de segurança.	Art.º 40.º DLR 29/2011/A N.º 4, alínea <b>n)</b> , Alvará 10/DRA/2019	<b>Não cumprido</b>	(Incumprimento assinalado no <b>Quadro 5.2.1, alínea d)</b> ).
<b>o)</b> Os resíduos perigosos devem ser armazenados em local coberto, vedado, de acesso restrito e com superfície impermeável, devendo ser armazenados separadamente dos resíduos não perigosos.	Art.º 33.º DLR 29/2011/A N.º 4, alínea <b>o)</b> , Alvará 10/DRA/2019	<b>Não cumprido</b>	(Incumprimento assinalado no <b>Quadro 5.2.1, alínea c)</b> ). Os únicos resíduos perigosos que são armazenados separadamente, em local coberto e com superfície pavimentada são os óleos usados, os resíduos de combustível e as baterias. Os restantes encontram-se no exterior, misturados com outros resíduos.
<b>p)</b> Os resíduos líquidos devem ser armazenados em sistemas de contentorização adequados, selecionados de acordo com as características do resíduo. No caso dos resíduos perigosos líquidos, a sua armazenagem deve ser realizada em contentores estanques de parede dupla ou em contentores com bacia de retenção.	Art.º 33.º DLR 29/2011/A N.º 4, alínea <b>p)</b> , Alvará 10/DRA/2019	Cumprido	
<b>q)</b> Os recipientes e áreas utilizados na armazenagem de resíduos devem ter a identificação dos resíduos por nome comum e código LER.	N.º 4, alínea <b>q)</b> , Alvará 10/DRA/2019	<b>Não cumprido</b>	As áreas de armazenagem de resíduos não possuem qualquer identificação, com exceção da área de armazenagem de pneus usados e dos recipientes das baterias e dos resíduos perigosos líquidos.
<b>r)</b> Os resíduos de baterias e acumuladores devem ser armazenados em recipientes estanques, com uma composição que não reaja com os componentes dos resíduos, e armazenados com o líquido no seu interior e na posição vertical, com as aberturas fechadas e voltadas para cima.	Art.º 51.º DLR 24/2012/A N.º 4, alínea <b>r)</b> , Alvará 10/DRA/2019	Cumprido	Na data da visita inspetiva o recipiente para armazenagem de baterias, devidamente identificado, encontrava-se vazio. As baterias estavam contentorizadas para encaminhamento para OGR no Continente português.
<b>s)</b> Deve ser implementado um sistema de controlo dos documentos dos VFV rececionados.	Art.º 40.º, n.º 2 DLR 24/2012/A N.º 4, alínea <b>s)</b> , Alvará 10/DRA/2019	<b>Não cumprido</b>	Não foi apresentada nenhuma evidência da implementação de um sistema de controlo dos documentos dos VFV rececionados.
<b>t)</b> Deve ser implementado um sistema de registo de quantidades de componentes e materiais encaminhados, por tipo de materiais ou componentes, e do respetivo destinatário, incluindo a parte remanescente da carroçaria ou chassis.	Art.º 40.º, n.º 2 DLR 24/2012/A N.º 4, alínea <b>t)</b> , Alvará 10/DRA/2019	<b>Não cumprido</b>	Não foi apresentada nenhuma evidência da implementação de um sistema de registo das quantidades de componentes e materiais encaminhados.
<b>u)</b> Deve ser implementado um sistema de registo de frações resultantes da fragmentação, por tipo de materiais, e dos respetivos destinatários.	Art.º 40.º, n.º 2 DLR 24/2012/A N.º 4, alínea <b>u)</b> , Alvará 10/DRA/2019	<b>Não cumprido</b>	Não possuem qualquer registo das frações resultantes da fragmentação.
<b>v)</b> A zona de armazenagem dos VFV deve ser impermeabilizada, com área suficiente para que os mesmos não sejam colocados uns em cima dos outros ou de lado, equipado com sistema de recolha e tratamento de águas pluviais, águas de limpeza e de derramamentos, dotado de decantadores e separadores de óleos e gorduras.	Art.º 39.º, n.º 1 DLR 24/2012/A N.º 4, alínea <b>v)</b> , Alvará 10/DRA/2019	<b>Não cumprido</b>	Dispõem de área suficiente para armazenar VFV, mas a zona não está impermeabilizada, nem equipada com sistema de recolha e tratamento de águas pluviais e de derramamentos, nem dotada de decantadores e separadores de óleos e gorduras ( <b>Figuras 14 e 15</b> ).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
w) A zona de desmantelamento dos VFV deve ser coberta, com superfície impermeável e equipada com sistema de recolha e tratamento de águas pluviais, águas de limpeza e de derramamentos, dotado de decantadores e separadores de óleos e gorduras.	Art.º 39.º, n.º 1 DLR 24/2012/A N.º 4, alínea w), Alvará 10/DRA/2019	Não cumprido	O armazém identificado para desmantelamento dos VFV é coberto e está equipado com sistema de recolha e tratamento de águas de limpeza e de derramamentos e possui uma câmara de retenção de hidrocarbonetos. No entanto, o desmantelamento dos VFV é realizado no exterior, sem cumprir nenhum dos requisitos mínimos exigidos, conforme confirmado pelo responsável ( <b>Figuras 16 a 19</b> ).
x) A zona de armazenagem de componentes e materiais retirados dos VFV, deve ser coberta, com superfície impermeável e equipada com sistema de recolha e tratamento de águas pluviais, águas de limpeza e de derramamentos, dotado de decantadores e separadores de óleos e gorduras, devendo estar equipada com recipientes adequados e devidamente identificados para o armazenamento separado de acumuladores, filtros, condensadores contendo PCB, fluidos e de componentes destinados a reutilização.	Art.º 39.º, n.º 1 DLR 24/2012/A N.º 4, alínea x), Alvará 10/DRA/2019	Não cumprido	Alguns componentes e materiais retirados dos VFV estão armazenados ao ar livre, sem qualquer proteção contra a chuva e contra o vento, sem superfície impermeável, sem sistema de recolha e tratamento de águas pluviais e de derramamentos e sem decantadores e separadores de óleos e gorduras. Outros estão armazenados em baías cobertas, mas também não possuem sistema de recolha e tratamento de águas de limpeza e de derramamentos, nem decantadores e separadores de óleos e gorduras ( <b>Figuras 20 a 25</b> ). Não existem recipientes para armazenamento separado de filtros, condensadores contendo PCB, fluidos, nem de componentes destinados a reutilização.
y) A zona de armazenagem de frações resultantes da fragmentação dos VFV deve ser impermeabilizada e equipada com sistema de recolha e tratamento de águas pluviais, águas de limpeza e de derramamentos, dotado de decantadores e separadores de óleos e gorduras, devendo a armazenagem ser efetuada de forma a evitar danos nos componentes que contenham fluidos, nos recuperáveis ou nos sobressalentes.	Art.º 39.º, n.º 1 DLR 24/2012/A N.º 4, alínea y), Alvará 10/DRA/2019	Não cumprido	As frações resultantes da fragmentação dos VFV estão armazenadas ao ar livre ou em baías, sem piso impermeabilizado, nem sistema de recolha e tratamento de águas de limpeza e de derramamentos, nem decantadores e separadores de óleos e gorduras ( <b>Figuras 20 a 25</b> ).
z) O tratamento para a despoluição dos VFV deve ser realizado no prazo máximo de 15 dias após a receção do VFV, devendo ser efetuada a remoção dos acumuladores e dos depósitos de gás liquefeito, remoção ou neutralização dos componentes pirotécnicos, nomeadamente airbags e pré -tensores dos cintos de segurança, remoção do combustível, incluindo o GPL, do óleo do motor, do óleo da transmissão, do óleo da caixa de velocidades, do óleo dos sistemas hidráulicos, dos líquidos de arrefecimento, do anticongelante, dos fluidos dos travões, dos fluidos dos sistemas de ar condicionado e de quaisquer outros fluidos contidos no VFV, a menos que sejam necessários para efeitos de reutilização das peças visadas, remoção, na medida do possível, de todos os componentes identificados como contendo mercúrio, remoção de todos os componentes e materiais rotulados ou de outro modo indicados nos termos do anexo I, no caso dos VFV das categorias M1, N1 e de veículos a motor de três rodas, com exclusão dos triciclos a motor. A data da realização das operações de tratamento para a despoluição deve ser registada, com indicação do funcionário responsável pelas operações.	Art.º 39.º, n.º 2 DLR 24/2012/A N.º 4, alínea z), Alvará 10/DRA/2019	Não cumprido	Não foram apresentadas evidências da realização do tratamento para a despoluição dos VFV no prazo máximo de 15 dias após a receção do VFV, não havendo registos das datas da realização das operações de tratamento para a despoluição nem indicação do funcionário responsável pelas operações.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
aa) As operações de tratamento a fim de promover a reutilização e a reciclagem dos VFV devem ser realizadas no prazo máximo de 1 ano após a receção do VFV, devendo ser efetuada a remoção de todos os componentes suscetíveis de reutilização como peças em segunda mão, quando técnica e economicamente viável, a remoção dos catalisadores, a remoção dos componentes metálicos que contenham cobre, alumínio e magnésio, se esses metais não forem separados no ato de fragmentação, a remoção de pneus, a remoção de grandes componentes de plástico, nomeadamente para-choques, painel de bordo, reservatórios de fluidos e outros, se estes materiais não forem separados no ato de fragmentação, a remoção dos vidros. A data da realização das operações de desmantelamento deve ser registada, com indicação do funcionário responsável pelas operações.	Art.º 39.º, n.º 3 DLR 24/2012/A N.º 4, alínea aa), Alvará 10/DRA/2019	Não cumprido	Não foram apresentadas evidências da realização das operações de tratamento a fim de promover a reutilização e a reciclagem no prazo máximo de 1 ano após a receção do VFV, não havendo registos das datas da realização das operações de desmantelamento nem indicação do funcionário responsável pelas operações.
bb) É proibida a alteração física de VFV, nomeadamente através de compactação ou fragmentação, que não tenham sido submetidos às operações de tratamento para a despoluição e às operações de tratamento a fim de promover a reutilização e a reciclagem.	Art.º 39.º, n.º 4 DLR 24/2012/A N.º 4, alínea bb), Alvará 10/DRA/2019	Não avaliado	
cc) A instalação deve estar dotada de equipamento de contenção de derrames adequado às características físico-químicas do resíduo.	N.º 4, alínea cc), Alvará 10/DRA/2019	Cumprido	
dd) A instalação deve estar dotada de equipamento de combate a incêndios. Todos os extintores existentes devem estar validados.	N.º 4, alínea dd), Alvará 10/DRA/2019	Cumprido	
ee) Todos os colaboradores devem estar devidamente informados e sensibilizados para a execução das suas tarefas em respeito pelas normas legais aplicáveis.	N.º 4, alínea ee), Alvará 10/DRA/2019	Não avaliado	
ff) Admissão e gestão de resíduos.	N.º 2 do Alvará OGR N.º 10/DRA/2019	Não cumprido	Admite e gere resíduos para os quais não está autorizado, nomeadamente, os classificados com os códigos LER 13 01 10*, 13 02 06*, 19 12 12.
OBS:	Através ofício SAI-DRA/2019/3455, de 05/08/2019, que acompanhou o envio do Alvará de Licença N.º 10/DRA/2019, a Direção Regional do Ambiente concedeu o prazo de 1 ano para o operador dotar toda a instalação de sistemas de recolha e tratamento de águas pluviais, águas de limpeza e de derramamentos, com ligação a decantadores/separadores de óleos e gorduras, que permita cumprir a legislação relativa a descarga de águas residuais, sendo que o incumprimento desta condição poderá resultar na revogação do alvará de licença.		



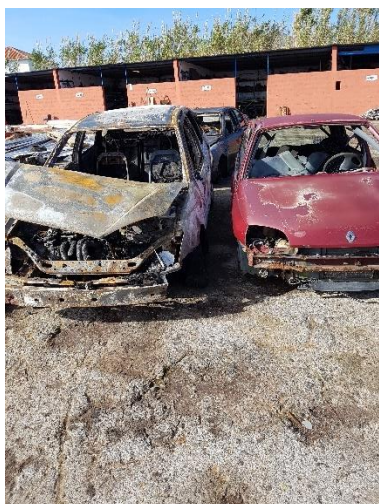
Figuras 11, 12 e 13: Armazenagem de resíduos gerados (componentes retirados de veículos, REEE, carcaças de VFV, mota de água, entre outros, e baías para armazenamento de peças retiradas de VFV e destinadas a venda.



**Figuras 14 e 15:** Zona de armazenagem de VFV, não impermeabilizada e com o piso bastante danificado, não se encontrando dotada de sistema de recolha e tratamento de águas pluviais e de derramamentos com ligação a decantadores e separadores de óleos e gorduras.



**Figuras 16 e 17:** Zona identificada para desmantelamento de VFV, equipada com sistema de recolha e tratamento de águas de limpeza e de derramamentos e com câmara de retenção de hidrocarbonetos (no entanto, o desmantelamento é realizado na rua).



**Figuras 18 e 19:** Zona exterior onde os VFV são desmantelados, sem piso impermeabilizado e sem sistema de recolha e tratamento de águas pluviais e de derramamentos e sem ligação a decantadores e separadores de óleos e gorduras.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE



**Figuras 20 e 21:** Componentes, materiais retirados de VFV e frações resultantes da fragmentação (misturados com outros resíduos de plástico e REEE) em zona não coberta, sem superfície impermeável e sem sistema de recolha e tratamento de águas pluviais e de derramamentos.



**Figuras 22 e 23:** Componentes, materiais retirados de VFV e frações resultantes da fragmentação, sem qualquer proteção contra a chuva e vento, sem superfície impermeável e sem sistema de recolha e tratamento de águas pluviais e de derramamentos.



**Figuras 24 e 25:** Componentes, materiais retirados de VFV e frações resultantes da fragmentação, armazenados em baias, sem sistema de recolha e tratamento de águas de limpeza e de derramamentos.



## 6 – Substâncias perigosas

### 6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

Papel na cadeia de abastecimento <sup>a)</sup>	Substâncias

<sup>a)</sup> DU – Utilizador a jusante.

### 6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos.	Art. 5.º REACH	Não aplicável	
b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano.	Art. 14.º REACH	Não aplicável	
c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.	Art. 17.º Reg. CE 1272/2008	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.	Art. 36.º REACH	Não aplicável	
d) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.	Art. 8º DL 293/2009	Não aplicável	
e) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.	n.º 9, art. 31.º REACH	Não aplicável	
f) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.	n.º 4 art. 37.º REACH	Não aplicável	
g) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida.	n.º 5 art. 37.º REACH	Não aplicável	

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.

## 7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

### 7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

#### 7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte:

Fonte poluente	Tipo	Setor	Medidas de mitigação / tratamento

#### 7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.	Art. 44.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.	Art. 45.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
**INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.	Art. 53.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
d) Cumprimentos do dever de monitorização em contínuo das emissões.	Art. 54.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental nos prazos e contendo a informação aplicáveis.	Art. 57.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis.	Art. 58.º e 59.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.	Art. 60.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização.	Art. 63.º a 66.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	

## 7.2 – Utilização de gases fluorados

### 7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa:

TECO <sub>2</sub> *	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
TECO <sub>2</sub> < 5	0	
5 ≤ TECO <sub>2</sub> < 50	0	
50 ≤ TECO <sub>2</sub> < 500	0	
TECO <sub>2</sub> ≥ 500	0	

\* TECO<sub>2</sub> – toneladas equivalente de CO<sub>2</sub>

### 7.2.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.	art. 4.º Reg.CE 517/2014	Não aplicável	
b) Instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 toneladas equivalentes de CO <sub>2</sub> .	art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
c) Atividades de deteção de fugas, recuperação, instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos com gases fluorado com efeito de estufa, executadas por pessoas singulares certificadas que pertençam a empresas certificadas (quando aplicável).	Art. 13.º, DL 145/2017	Não aplicável	
d) Intervenção em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, que contenham gases fluorados com efeitos de estufa, executada por pessoa singular titular de um atestado de formação.	Art. 18.º, DL 145/2017	<b>Não cumprido</b>	Os sistemas de ar condicionado dos VFFV são desmantelados por trabalhadores da empresa sem certificação para o efeito e sem que seja assegurada a recuperação dos gases, nem o seu encaminhamento para reciclagem, regeneração ou destruição.
e) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	Art. 6.º Reg.CE 517/2014	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
**INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
f) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano.	Art. 5.º DL 145/2017	Não aplicável	
g) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos em fim de vida.	Art. 19.º e 20.º DL 145/2017	Não avaliado	

### 7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)

#### 7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

Descrição da atividade	Enquadramento da atividade <sup>a)</sup>	Limiar (t/ano) <sup>a)</sup>	Consumo de solventes (t/ano)
Não aplicável			

<sup>a)</sup> Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013

#### 7.3.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV.	n.º 1 art. 96.º DL 127/2013	Não aplicável	
b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas.	Art. 97.º DL 127/2013	Não aplicável	
c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos.	Art. 99.º DL 127/2013	Não aplicável	
d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos.	Art. 100.º DL 127/2013	Não aplicável	

### 7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

#### 7.4.1 – Equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono (ODS)

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono:

Carga de gás (kg)	Número de equipamentos	Tipos de gases
Carga < 3	0	
3 ≤ Carga < 30	0	
30 ≤ Carga < 300	0	
Carga ≥ 300	0	

#### 7.4.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com ODS

Relativamente a equipamentos com ODS verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Controlo para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de ODS.	n.º 2, art. 23.º Reg.CE 1005/2009	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
b) Operações de manutenção, reparação e assistência, incluindo a verificação para deteção de fugas, realizadas por técnicos qualificados.	n.º 2, art. 3.º DL 152/2005	Não aplicável	
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	n.º 3, art. 23.º Reg.CE 1005/2009	Não aplicável	
d) Preenchimento das fichas de registo das intervenções em equipamentos por parte dos técnicos qualificados.	Art. 4.º DL 85/2014	Não aplicável	

## 8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

### 8.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
Habitacões nas imediações (a menos de 10 m da instalação)	Não classificada	Período diurno - 7h às 21h

### 8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacto ambiental.	n.º 1 e 7 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	

## 9 – Regimes específicos

### 9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Submissão do RAA no prazo definido		Não aplicável	
b) Submissão do PRTR no prazo definido	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacto ambiental		Não aplicável	
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa)	n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## 9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 17 de novembro:

- Recolha, transformação e tratamento de subprodutos e resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Boas práticas	Art. 5.º DLR 31/2010/A	Não avaliado	
b) Planos de controlo integrado de roedores	Art. 6.º DLR 31/2010/A	Não cumprido	Não tem implementado um plano de controlo integrado de roedores.

## 9.3 – Doença do legionário

### 9.3.1 – Equipamentos ou instalações identificadas no estabelecimento

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:

Tipologia de equipamento ou sistema		Identificado no estabelecimento?	Observações
a)	Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água:		
	i) Torres de arrefecimento	Não	
	ii) Condensadores evaporativos	Não	
	iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial	Não	
	iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração	Não	
	v) Humidificadores	Não	
b)	Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água.	Não	
c)	A redes prediais de água, designadamente água quente sanitária.	Não	
d)	Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C.	Não	

### 9.3.2 – Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS	a), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
b) Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo	a), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
c) Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano	c), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
d) Adoção de procedimento aplicável em situação de risco	d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
e) Adoção de um programa de manutenção e limpeza	n.º 3, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	

## 9.4 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março): **2. Operador de gestão de resíduos**

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Não cumprido	Não foram apresentadas evidências da constituição de um seguro de responsabilidade ambiental.





## 10 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

Infração		Enquadramento legal
a)	Descarga de águas residuais, águas de limpeza e de derramamentos, provenientes da instalação, sem o respetivo Título de Utilização dos Recursos Hídricos – Licença para rejeição de águas residuais.	Viola a alínea b), n.º 1, do artigo 60.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, conjugado com o disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, o que constitui <u>contraordenação ambiental muito grave</u> , nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €24.000 a €144.000, em caso de negligência e de € 240.000 a € 5.000.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 4 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
b)	Incumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos, nomeadamente, os <u>resíduos não perigosos</u> não são armazenados nem triados em local coberto e pavimentado ( <b>Figuras 2, 3 e 23</b> ).	Viola a alínea a) do artigo 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16/11, o que constitui <u>contraordenação ambiental leve</u> , nos termos da subalínea ii) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €2.000 a €18.000, em caso de negligência, e de € 6.000 a € 36.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
c)	Incumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos, nomeadamente, <u>os resíduos perigosos</u> não são triados nem armazenados em local coberto e vedado, nem com superfície impermeável, nem está dotado de sistema de recolha, drenagem e tratamento de águas residuais e de derramamentos, nem dispõe de decantadores e separadores de óleos e gorduras ( <b>Figuras 2 a 5, 9, 13 a 15, 18, 19 e 22</b> ).	Viola as alíneas c) e e) do artigo 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16/11, o que constitui <u>contraordenação ambiental leve</u> , nos termos da subalínea ii) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €2.000 a €18.000, em caso de negligência, e de € 6.000 a € 36.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
d)	Incumprimento das normas técnicas de gestão de resíduos perigosos, nomeadamente, a armazenagem e o tratamento de alguns resíduos perigosos não são efetuados em condições que assegurem a proteção do ambiente e da saúde humana, sendo visíveis vários derrames de óleos minerais usados e outros resíduos perigosos líquidos no pavimento bastante danificado, com consequentes infiltrações no solo ( <b>Figuras 2 a 5</b> ).	Viola o n.º 1 do artigo 40.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16/11, bem como a alínea n) do n.º 4 do Alvará N.º 10/DRA/2019, emitido nos termos do n.º 4 do artigo 91.º do mesmo diploma, o que constitui <u>contraordenação ambiental leve</u> , nos termos da subalínea iv) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €2.000 a €18.000, em caso de negligência, e de € 6.000 a € 36.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
e)	Incumprimento das normas armazenagem de pneus usados, nomeadamente, verificou-se uma grande quantidade de pneus usados numa zona sem piso impermeabilizado e com indícios de infiltração de óleo no solo, apesar de disporem de uma zona coberta, com piso pavimentado, identificada para armazenagem de pneus usados ( <b>Figuras 6 a 8</b> ).	Viola a alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 01/06, constituindo <u>contraordenação ambiental leve</u> , nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 62.º do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €2.000 a €18.000, em caso de negligência, e de € 6.000 a € 36.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
f)	Incumprimento das normas de armazenagem e tratamento de Resíduos de Equipamento Elétricos e Eletrónicos (REEE), nomeadamente, a armazenagem, incluindo a armazenagem preliminar, de REEE não são realizados sobre superfície impermeável, nem com cobertura à prova de intempéries, não está equipada com sistemas de recolha de derramamentos, nem com decantadores e purificadores-desengorduradores ( <b>Figuras 9 e 10</b> ).	Viola o n.º 1 do artigo 47.º e o n.º 1 e n.º 2 do anexo IX, do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 01/06, constituindo <u>contraordenação ambiental grave</u> , nos termos da alínea q) do n.º 2 do artigo 62.º do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €12.000 a €72.000, em caso de negligência, e de € 36.000 a € 216.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
g)	Incumprimento das normas das instalações de operações de gestão de resíduos, nomeadamente, não dispõe de um registo relativo a procedimentos adotados para controlo de resíduos, nomeadamente quanto ao processo de admissão de resíduos.	Viola a alínea c) do artigo 36.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16/11, bem como a alínea h) do n.º 4 do Alvará N.º 10/DRA/2019, emitido nos termos do n.º 4 do artigo 91.º do mesmo diploma, constituindo <u>contraordenação ambiental leve</u> , nos termos da subalínea iii) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €2.000 a €18.000, em caso de negligência, e de € 6.000 a € 36.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
**INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

		da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
h)	Incumprimento das normas das instalações de operações de gestão de resíduos, nomeadamente, não dispõe de equipamento de pesagem com báscula nem equipamento similar que permita quantificar os resíduos admitidos.	Viola a alínea d) do artigo 36.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16/11, bem como a alínea i) do n.º 4 do Alvará N.º 10/DRA/2019, emitido nos termos do n.º 4 do artigo 91.º do mesmo diploma, constituindo <u>contraordenação ambiental leve</u> , nos termos da subalínea iii) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €2.000 a €18.000, em caso de negligência, e de € 6.000 a € 36.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
i)	Incumprimento das normas das instalações de operações de gestão de resíduos, nomeadamente, as áreas de gestão não estão delimitadas nem identificadas por tipologia ou fluxo de resíduos, nem por tipologia de operação e as áreas exteriores não se encontram delimitadas, nem protegidas.	Viola a alínea e) do artigo 36.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16/11, bem como a alínea e) do n.º 4 do Alvará N.º 10/DRA/2019, emitido nos termos do n.º 4 do artigo 91.º do mesmo diploma, constituindo <u>contraordenação ambiental leve</u> , nos termos da subalínea iii) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €2.000 a €18.000, em caso de negligência, e de € 6.000 a € 36.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
j)	Incumprimento das normas das instalações de operações de gestão de resíduos, nomeadamente, as áreas de armazenagem dos resíduos gerados internamente no desenvolvimento das operações não se encontram delimitadas nem identificadas ( <b>Figuras 11 a 13</b> ).	Viola a alínea f) do artigo 36.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16/11, bem como a alínea d) do n.º 4 do Alvará N.º 10/DRA/2019, emitido nos termos do n.º 4 do artigo 91.º do mesmo diploma, constituindo <u>contraordenação ambiental leve</u> , nos termos da subalínea iii) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €2.000 a €18.000, em caso de negligência, e de € 6.000 a € 36.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
k)	Incumprimento das normas das instalações de operações de gestão de resíduos, nomeadamente, não estão previstas áreas de estacionamento nem circuitos de movimentação específicos para as viaturas afetas às operações de gestão de resíduos.	Viola a alínea h) do artigo 36.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16/11, bem como a alínea c) do n.º 4 do Alvará N.º 10/DRA/2019, emitido nos termos do n.º 4 do artigo 91.º do mesmo diploma, constituindo <u>contraordenação ambiental leve</u> , nos termos da subalínea iii) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €2.000 a €18.000, em caso de negligência, e de € 6.000 a € 36.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
l)	Incumprimento das normas das instalações de operações de gestão de resíduos, nomeadamente, a generalidade da instalação não está dotada de sistema de recolha, drenagem e tratamento de efluentes e de derramamentos, nem de decantadores e separadores de óleos e gorduras, com exceção do armazém identificado para desmantelamento de VFV.	Viola a alínea g) do artigo 36.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16/11, bem como a alínea f) do n.º 4 do Alvará N.º 10/DRA/2019, emitido nos termos do n.º 4 do artigo 91.º do mesmo diploma, constituindo <u>contraordenação ambiental leve</u> , nos termos da subalínea iii) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €2.000 a €18.000, em caso de negligência, e de € 6.000 a € 36.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
m)	Incumprimento das normas técnicas de gestão de resíduos perigosos, nomeadamente, não dispõe de um registo cronológico da quantidade, natureza e origem dos resíduos e do destino, frequência da recolha, modo de transporte e método de tratamento previsto no que diz respeito aos resíduos perigosos.	Viola o n.º 2 do artigo 40.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16/11, bem como a alínea j) do n.º 4 do Alvará N.º 10/DRA/2019, emitido nos termos do n.º 4 do artigo 91.º do mesmo diploma, constituindo <u>contraordenação ambiental leve</u> , nos termos da subalínea iv) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €2.000 a €18.000, em caso de negligência, e de € 6.000 a € 36.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
n)	Incumprimento das normas técnicas de gestão de resíduos perigosos, nomeadamente, durante o armazenamento temporário, os resíduos perigosos não se encontram embalados nem rotulados de acordo com as normas nacionais, comunitárias e internacionais em	Viola o n.º 1 do artigo 42.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16/11, bem como a alínea k) do n.º 4 do Alvará N.º 10/DRA/2019, emitido nos termos do n.º 4 do artigo 91.º do mesmo diploma, constituindo <u>contraordenação ambiental leve</u> , nos termos da subalínea vi) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

	vigor aplicáveis às substâncias em presença, com exceção dos resíduos líquidos.	por pessoa coletiva, com coima de €2.000 a €18.000, em caso de negligência, e de € 6.000 a € 36.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
o)	A maioria dos resíduos não são acondicionados em recipientes, encontram-se colocados no chão, com exceção das baterias e dos resíduos perigosos líquidos. As áreas de armazenagem de resíduos não possuem qualquer identificação, com exceção da área de armazenagem de pneus usados.	Viola a alínea q) do n.º 4 do Alvará N.º 10/DRA/2019, emitido nos termos do n.º 4 do artigo 91.º do mesmo diploma, constituindo <u>contraordenação ambiental grave</u> , nos termos da alínea ii) do n.º 2 do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €12.000 a €72.000, em caso de negligência, e de € 36.000 a € 216.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
p)	Não foi apresentada nenhuma evidência da implementação de um sistema de controlo dos documentos dos veículos em fim de vida rececionados.	Viola a alínea a) do n.º 2 do artigo 40.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 01/06, bem como a alínea s) do n.º 4 do Alvará N.º 10/DRA/2019, emitido nos termos do n.º 4 do artigo 91.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16/11, constituindo <u>contraordenação ambiental grave</u> , nos termos da alínea ii) do n.º 2 do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16/11, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €12.000 a €72.000, em caso de negligência, e de € 36.000 a € 216.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
q)	Não foi apresentada nenhuma evidência da implementação de um sistema de registo das quantidades de componentes e materiais encaminhados, por tipo de materiais ou componentes, e do respetivo destinatário, incluindo a parte remanescente da carroçaria ou chassis.	Viola a alínea b) do n.º 2 do artigo 40.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 01/06, bem como a alínea t) do n.º 4 do Alvará N.º 10/DRA/2019, emitido nos termos do n.º 4 do artigo 91.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16/11, constituindo <u>contraordenação ambiental grave</u> , nos termos da alínea ii) do n.º 2 do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16/11, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €12.000 a €72.000, em caso de negligência, e de € 36.000 a € 216.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
r)	Não foi apresentada nenhuma evidência da implementação de um sistema de registo das frações resultantes da fragmentação, por tipo de materiais, e dos respetivos destinatários.	Viola a alínea c) do n.º 2 do artigo 40.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 01/06, bem como a alínea u) do n.º 4 do Alvará N.º 10/DRA/2019, emitido nos termos do n.º 4 do artigo 91.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16/11, constituindo <u>contraordenação ambiental grave</u> , nos termos da alínea ii) do n.º 2 do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16/11, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €12.000 a €72.000, em caso de negligência, e de € 36.000 a € 216.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
s)	A zona de armazenagem dos VFV não está impermeabilizada, nem equipada com sistema de recolha e tratamento de águas pluviais, águas de limpeza e de derramamentos, nem está dotada de decantadores e separadores de óleos e gorduras, que permita cumprir a legislação relativa a descarga de águas residuais (Figuras 14 e 15).	Viola a segunda parte do n.º 1 do artigo 39.º e a alínea b) do n.º 2.1 do anexo III, do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 01/06, bem como a alínea v) do n.º 4 do Alvará N.º 10/DRA/2019, emitido nos termos do n.º 4 do artigo 91.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16/11, constituindo <u>contraordenação ambiental grave</u> , nos termos da alínea ii) do n.º 2 do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16/11, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €12.000 a €72.000, em caso de negligência, e de € 36.000 a € 216.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
t)	O desmantelamento dos VFV é efetuado numa zona descoberta, sem proteção contra a chuva e vento, sem superfície impermeável e sem sistema de recolha e tratamento de águas pluviais, águas de limpeza e de derramamentos, nem dotada de decantadores e separadores de óleos e gorduras, que permita cumprir a legislação relativa a descarga de águas residuais, apesar de dispor de um armazém identificado para desmantelamento de VFV, que cumpre os requisitos mínimos para o efeito (Figuras 16 a 19).	Viola a segunda parte do n.º 1 do artigo 39.º e a alínea c) do n.º 2.1 do anexo III, do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 01/06, bem como a alínea w) do n.º 4 do Alvará N.º 10/DRA/2019, emitido nos termos do n.º 4 do artigo 91.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16/11, constituindo <u>contraordenação ambiental grave</u> , nos termos da alínea ii) do n.º 2 do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16/11, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €12.000 a €72.000, em caso de negligência, e de € 36.000 a € 216.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

u)	<p>Alguns componentes e materiais retirados dos VFV estão armazenados ao ar livre, sem qualquer proteção contra a chuva e contra o vento, sem superfície impermeável, sem sistema de recolha e tratamento de águas pluviais e de derramamentos e sem decantadores e separadores de óleos e gorduras. Outros estão armazenados em baías cobertas, mas também não possuem sistema de recolha e tratamento de águas de limpeza e de derramamentos, nem decantadores e separadores de óleos e gorduras.</p> <p>Não existem recipientes para armazenamento separado de filtros, condensadores contendo PCB, fluidos, nem de componentes destinados a reutilização (Figuras 20 a 25).</p>	<p>Viola a segunda parte do n.º 1 do artigo 39.º e as alíneas d) e e) do n.º 2.1 do anexo III, do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 01/06, bem como a alínea x) do n.º 4 do Alvará N.º 10/DRA/2019, emitido nos termos do n.º 4 do artigo 91.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16/11, constituindo <u>contraordenação ambiental grave</u>, nos termos da alínea ii) do n.º 2 do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16/11, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €12.000 a €72.000, em caso de negligência, e de € 36.000 a € 216.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.</p>
v)	<p>As frações resultantes da fragmentação dos VFV estão armazenadas na rua ou em baías, sem piso impermeabilizado, nem sistema de recolha e tratamento de águas de limpeza e de derramamentos, nem decantadores e separadores de óleos e gorduras (Figuras 20 a 25).</p>	<p>Viola a segunda parte do n.º 1 do artigo 39.º e a alínea f) do n.º 2.1 do anexo III, do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 01/06, bem como a alínea y) do n.º 4 do Alvará N.º 10/DRA/2019, emitido nos termos do n.º 4 do artigo 91.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16/11, constituindo <u>contraordenação ambiental grave</u>, nos termos da alínea ii) do n.º 2 do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16/11, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €12.000 a €72.000, em caso de negligência, e de € 36.000 a € 216.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.</p>
w)	<p>Não foram apresentadas evidências da realização do tratamento para a despoluição dos VFV no prazo máximo de 15 dias após a receção do VFV, não havendo registos das datas da realização das operações de tratamento para a despoluição nem indicação do funcionário responsável pelas operações.</p>	<p>Viola o n.º 2 do artigo 39.º do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 01/06, bem como a alínea z) do n.º 4 do Alvará N.º 10/DRA/2019, emitido nos termos do n.º 4 do artigo 91.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16/11, constituindo <u>contraordenação ambiental grave</u>, nos termos da alínea ii) do n.º 2 do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16/11, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €12.000 a €72.000, em caso de negligência, e de € 36.000 a € 216.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.</p>
x)	<p>Não foram apresentadas evidências da realização das operações de tratamento a fim de promover a reutilização e a reciclagem no prazo máximo de 1 ano após a receção do VFV, não havendo registos das datas da realização das operações de desmantelamento nem indicação do funcionário responsável pelas operações.</p>	<p>Viola o n.º 3 do artigo 39.º do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 01/06, bem como a alínea aa) do n.º 4 do Alvará N.º 10/DRA/2019, emitido nos termos do n.º 4 do artigo 91.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16/11, constituindo <u>contraordenação ambiental grave</u>, nos termos da alínea ii) do n.º 2 do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16/11, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €12.000 a €72.000, em caso de negligência, e de € 36.000 a € 216.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.</p>
y)	<p>Admitiu resíduos na instalação que não está autorizado a receber, nomeadamente, óleos hidráulicos minerais não clorados (13 01 10*), óleos sintéticos de motores, transmissões e lubrificação (13 02 06*) e outros resíduos, incluindo misturas de materiais, do tratamento mecânico de resíduos, não abrangidos em 19 12 11 (19 12 12), estando o operador obrigado a confirmar a tipologia e a quantidade dos resíduos que lhe são encaminhados e, caso não esteja autorizado a recebe-los, deverá recusá-los.</p>	<p>Viola o n.º 2 do Alvará N.º 10/DRA/2019, o que constitui <u>contraordenação ambiental grave</u>, nos termos da alínea ii) do n.º 2 do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €12.000 a €72.000, em caso de negligência, e de € 36.000 a € 216.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.</p>
z)	<p>As intervenções nos sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, não são executadas por pessoa singular titular de um atestado de formação. Os sistemas de ar condicionado dos VFV são desmantelados por trabalhadores da empresa sem certificação para o efeito.</p>	<p>Viola o artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30/11, constituindo <u>contraordenação ambiental grave</u> prevista na alínea p) do n.º 2 do artigo 23.º do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €12.000 a €72.000, em caso de negligência, e de € 36.000 a € 216.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º, da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.</p>





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

aa)	Incumprimento da obrigação de implementação de um plano de controlo integrado de roedores.	Viola o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17/11, constituindo <u>contraordenação</u> prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €500 a €10.000, nos termos do mesmo artigo e diploma.
bb)	Incumprimento da obrigação de constituição de garantia financeira (através da subscrição de apólice de seguro, da obtenção de garantia bancária, da participação em fundos ambientais ou da constituição de fundos próprios reservados para o efeito) válida e em vigor, que permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade de operador de gestão de resíduos.	Viola o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29/07, com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 13/2016, de 09/03, constituindo <u>contraordenação ambiental muito grave</u> prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 26.º do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €24.000 a €144.000 em caso de negligência, e de €240.000 a €5.000.000 em caso de dolo, nos termos do n.º 4 do artigo 22.º, da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.

## 11 – Indicações e medidas adotadas

### Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização, relativamente às infrações identificadas nas alíneas **a)**<sup>1</sup>, d), e), **f)**<sup>1</sup>, g), i), j), k), **l)**<sup>1</sup>, m), n), o), p), q), r), **s)**<sup>1</sup>, **t)**<sup>1</sup>, **u)**<sup>1</sup>, **v)**<sup>1</sup>, w), y), x), z), aa) e bb) do ponto 10. do presente relatório.
- ☒ Levantamento de auto de notícia, relativamente às infrações identificadas nas alíneas **b)**, **c)** e **h)** do ponto 10. do presente relatório, considerando que as mesmas já foram identificadas e notificadas no âmbito do processo de contraordenação PCO-FAI/2014/19<sup>2</sup>, instaurado por este serviço inspetivo à entidade inspecionada.
- ☒ Outra: Envio do relatório de inspeção à DRA (DSRH e DSQA-DR).

Horta, 12 de maio de 2020

A Inspetora Superior Principal

<sup>1</sup> Pelo ofício SAI-DRA/2019/3455, de 05/08/2019, que acompanhou o envio do Alvará de Licença N.º 10/DRA/2019, a Direção Regional do Ambiente concedeu o prazo de 1 ano para o operador dotar toda a instalação de sistemas de recolha e tratamento de águas pluviais, águas de limpeza e de derramamentos, com ligação a decantadores/separadores de óleos e gorduras, que permita cumprir a legislação relativa a descarga de águas residuais, pelo que as infrações identificadas com as alíneas **a)**, **f)**, **l)**, **s)**, **t)**, **u)** e **v)** não serão objeto de auto de notícia até ao término do prazo concedido pela entidade licenciadora.

<sup>2</sup> Para além do PCO-FAI/2014/19, a entidade inspecionada tem registado nesta inspeção outros dois processos de contraordenação: PCO-FAI/2016/91 e PCO-2017/0137.